

CRISE FINANCEIRA MUNDIAL - A recente intervenção estatal na economia americana originou uma avalanche de comentários nos meios de comunicação sobre o futuro da economia de mercado. Confira nesta edição o artigo "*Crise do Liberalismo ou do Intervencionismo?*" de Diogo Costa, sobre o tema.

INFORMATIVO

INSTITUTO



Millenium

Número 03 - Set./Out. 2008

ESTADO DE DIREITO • PROPRIEDADE PRIVADA • LIBERDADES INDIVIDUAIS • RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL • TRANSPARÊNCIA • EFICIÊNCIA •
MERITOCRACIA • DEMOCRACIA REPRESENTATIVA • IGUALDADE PERANTE A LEI

Grampos telefônicos, restrições à imprensa e à publicidade, criminalização de opiniões divergentes... Nossos colaboradores comentam o que define e também o que ameaça a

Liberdade de Expressão



EXPRESSÃO TUTELADA por Igor Taam

"Confusa a democracia que obriga seus cidadãos a votar e depois restringe os meios para divulgação de idéias de eleitores."

Página 4

LIBERDADE E CONSEQÜÊNCIAS por Pedro Sette Câmara

"Negar um emprego a quem se desaprova não é cercear a liberdade."

Página 5

ORWELL TUPINIQUIM por Leandro Ferreira

"Até agora, a melhor resposta governamental sobre o Big Brother telefônico foi colocar os jornais no paredão."

Página 8

EDITORIAL

Este Boletim Informativo aborda dois temas extremamente relevantes: a liberdade de expressão e a atual crise financeira.

A liberdade de expressão é um dos direitos individuais mais importantes que existem. Sem liberdade de expressão não há democracia. Em regimes totalitários ou com tendências totalitárias, a liberdade de expressão é uma das primeiras liberdades a ser restringida, sob o suposto argumento de que o sistema deve ser preservado, de que é importante para a segurança nacional e para a manutenção da ordem.

A liberdade de expressão é fundamental para que existam as liberdades religiosa, política, civil e econômica. Uma não pode existir sem que as outras estejam presentes e asseguradas por um conjunto de regras que impeçam o Estado de perseguir as pessoas ou de criar restrições ao livre exercício dessas liberdades.

Como não poderia deixar de ser, a liberdade de imprensa, que é uma das facetas da liberdade de expressão, também deve ser amplamente assegurada. Todas as regras que limitam a liberdade de imprensa acabam minando a democracia e colocando em risco os direitos individuais. Mesmo que eventuais abusos possam ser cometidos pela imprensa - e eles eventualmente ocorrem -, deve existir um conjunto de regras que permita a reparação de danos e, até mesmo, a responsabilização penal dos infratores.

Sistemas como a censura prévia, a classificação quase compulsória da programação de televisão e a retirada de circulação de livros que, supostamente, contenham conteúdo polêmico, são exemplos claros de atentados à liberdade de imprensa, e, por conseqüência, a liberdade

de expressão. Estes sistemas ignoram a liberdade de escolha das pessoas e a responsabilidade dos pais, maiores responsáveis pela seleção do conteúdo que as crianças vão ter acesso. Além disso, desconsideram o papel da imprensa no importante sistema de pesos e contrapesos que equilibra os poderes e aperfeiçoa a democracia.

A sociedade civil precisa estar vigilante para impedir que restrições a este direito individual tão importante sejam impostas. Sociedades que não valorizam a liberdade de expressão acabam vivendo sob o silêncio cruelmente imposto, e são cúmplices de terríveis injustiças que acabam não sendo denunciadas.

Em relação à atual crise financeira, muitas pessoas não demoraram para acusar o capitalismo e a economia de mercado como os principais vilões. O objetivo dos textos contidos no presente boletim, entretanto, é trazer fatos e dados que colaborem para que esta visão não seja tão míope. Afinal, muitas das políticas que criaram a distorção da bolha foram derivadas de pacotes públicos ou de políticas monetárias estabelecidas por órgãos governamentais.

É evidente que a existência de maior transparência nos bancos de investimentos poderia ter reduzido os danos, mas dificilmente teria impedido que a crise ocorresse. Assim, é fundamental que as discussões sobre as causas e conseqüências da crise continuem, mas temos que cuidar para não incorrer em juízos precipitados e que não levem em consideração todos os aspectos envolvidos.



Paulo Uebel

" Todas as regras que limitam a liberdade de imprensa acabam minando a democracia e colocando em risco os direitos individuais. "

Crise do Liberalismo ou do intervencionismo?

Jornalistas, políticos, e intelectuais estão sempre prontos a fazer do liberalismo o bode expiatório de problemas reais ou imaginários. É o que vem acontecendo com a crise, bastante real, do sistema financeiro americano. Para muitos a lógica é simples: “há livre mercado: logo, haverá crise”. Usam, então, diversas analogias para colorir uma conexão simplista. Mas a verificação dos fatos revela que o mercado imobiliário americano não operava livremente, e sua interpretação correta explica a responsabilidade do governo pelos maus investimentos sistemáticos que culminaram na crise atual. Longe de ser uma crise da teoria econômica liberal, essa é uma crise da prática do intervencionismo.

Quem está acostumado com a literatura liberal não se surpreende quando o título de um artigo do Washington Post afirma que “O *bailout* aumenta o valor de mercado dos liberais”. De fato, os liberais - ou libertários, como são chamados nos Estados Unidos - já previam as conseqüências negativas da expansão do crédito imobiliário por meio de legislações como o Community Reinvestment Act e, sobretudo, pela ação de Freddie Mac e Fannie Mae. Um governo que cria, mantém e oferece garantias para uma empresa que diz ser sua missão “aumentar o fluxo dos fundos de financiamento da casa própria” acima do nível do mercado dificilmente pode alegar inocência quando esse fluxo ultrapassa o financeiramente responsável.

A semi-privatização de Fannie e Freddie com a garantia implícita do socorro federal nunca enganou os liberais. Em 1995, quando Fannie Mae ofereceu uma doação de 100 mil dólares ao Cato Institute, uma das principais organizações liberais dos EUA, ouviu um “não, obrigado”, porque o Cato não aceita dinheiro de governos. Naquele mesmo ano o congresso americano autorizou Fannie e Freddie a securitizar empréstimos *subprime*. De 2004 a 2006, as duas companhias compraram 434 bilhões de dólares em títulos garantidos por financiamento *subprime*.

Ainda em 2004, um estudo do economista Lawrence White alertava para o problema da garantia estatal, tão presente em Fannie e Freddie quanto a palavra “Federal” em seus nomes:

“De um lado, a garantia faz com que as taxas de juros de muitos financiamentos de casa própria sejam mais baixas do que seriam; de outro, seu tamanho e modo de operar criaram uma imensa responsabilidade financeira para o governo federal e, em última instância, para os pagadores de impostos. Além disso, seu tamanho e proeminência vêm gerando preocupações quanto às conseqüências que as dificuldades financeiras de qualquer uma delas podem ter na economia americana”.

Agora, políticos, burocratas e executivos que aumentaram a bolha corporativista alegam que a única saída é que os cidadãos americanos lhes dêem mais poder e um crédito bilionário. Alimentar Wall Street com dinheiro de impostos também não é liberalismo. Como disse o Professor da Harvard Jeffrey A. Miron, “o fato de que o governo é enormemente responsável pela crise atual significa que qualquer resposta deveria primeiro eliminar as condições que criaram a situação, não tentar consertar o governo ruim com mais governo”.

A oposição ao *bailout* se insere na tradição liberal de rejeitar os interesses políticos das grandes empresas em favor da liberdade de mercado. No início do século XIX, o pensador liberal Benjamin Constant já advertia que aqueles investidores que “estão acostumados a especular sobre todas as coisas não raro vão especular sobre as próprias leis”. O livre mercado é um sistema de lucros e perdas, o que permite que a sociedade faça o uso mais inteligente e benéfico dos seus recursos. Socializar as perdas é montar, como dizem os liberais, um cristianismo sem inferno.

A primeira derrota do plano de socorro foi desdenhada por seus defensores como uma vitória do “populismo liberal”. Essa



Diogo Costa

" A semi-privatização de Fannie e Freddie com a garantia implícita do socorro federal nunca enganou os liberais."

vitória agora abre espaço para que sejam discutidas soluções alternativas para a crise, como processos de falência, ou a proposta de mercado elaborada por um comitê de estudos republicano que diverge da liderança do partido. Seu plano pretende, entre outras coisas, eliminar qualquer tipo de garantia estatal para Fannie e Freddie, e suspender impostos sobre ganhos de capital, a fim de atrair mais investimento para o mercado.

Se os oponentes da sociedade livre acertam em seu diagnóstico de que a ajuda financeira do governo americano representa um distanciamento do liberalismo, eles não poderiam estar mais errados quando sugerem que essa ajuda indica um fracasso de políticas liberais. A atual crise é mais um exemplo das exceções intervencionistas que confirmam o funcionamento da economia liberal.

Expressão tutelada

Nos Estados Unidos, a natureza e os limites da liberdade de expressão ainda são muito discutidos. A Primeira Emenda garante que o Congresso não deve legislar de modo a "diminuir a liberdade de expressão, ou de imprensa; ou sobre o direito das pessoas de se reunirem pacificamente". Em contrapartida, garante-se que se possa fazer "pedidos ao governo para que sejam feitas reparações por ofensas."

Queimar a bandeira americana, por exemplo. Gregory Lee Johnson foi preso pelo governo do Texas por ferir a dignidade de um símbolo nacional, tacando fogo e querosene nele. Johnson apelou à Suprema Corte e ganhou por um voto. Os ofendidos puseram em dúvida se queimar a bandeira era, de fato, uma expressão pessoal; alguns outros defenderam o caráter único do caso. Nem a descaracterização do ato, nem o argumento de exceção aos símbolos pátrios se sustentaram.

Em teoria, o Estado americano fica restrito a punir apenas o discurso que possa incitar "ações ilegais iminentes". No entanto, certo ou errado, ainda há censura à pornografia e à republicação, mesmo parcial, de obras que possuam direitos autorais. A imprensa pode ser coagida a citar fontes confidenciais, como na sentença do juiz Liam O'Grady contra o New York Times, resultado de um processo por difamação. A jornalista Judith Miller, do mesmo jornal, passou 85 dias na prisão por ter se negado a revelar a fonte que fornecera a identidade de uma colaboradora da CIA. Na prática, evoluídas que estejam, as liberdades de expressão e a de permanecer calado (Quinta Emenda) estão longe de uma definição.

Se assim é nos EUA, imagine no Brasil. Nessas eleições, a famigerada boca-de-urna foi proibida, passível de multa e detenção. Para piorar, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) mal consegue enquadrar blogueiros que apóiam e criticam políticos, se ilegais ou não. Confusa a democracia que obriga seus cidadãos a votar, a pagar pela propaganda eleitoral, e depois restringe os meios para a divulgação de idéias de eleitores, analistas e candidatos.

Na publicidade, os fabricantes de cigarro e de bebida enfrentam severas restrições. Por lícitos, esses produtos deveriam ter direito à expressão comercial; não podem, entretanto, patrocinar músicos, esportistas ou eventos que envolvam suas atividades. A tendência coercitiva é mundial, sendo praticada por democracias como a França, a Nova Zelândia, o Canadá e os países nórdicos.

Por mais que a liberdade de expressão seja assegurada pelas melhores Constituições, nem sempre se pode garantir que ela será bem interpretada. É fácil defendê-la no geral, mas complicado nas particularidades e em outros dispositivos legais que surgem e a afrontam. Consensos razoáveis foram atingidos e patamares civilizados foram alcançados. No entanto, além de resguardar o que foi conquistado, há muito ainda por fazer para sermos indivíduos cada vez mais livres e cidadãos preparados para exercer nossa autonomia em sociedade.



Igor Taam

" Na prática, evoluídas que estejam, as liberdades de expressão e a de permanecer calado estão longe de uma definição."

Liberdade e conseqüências

Um dos problemas de dissociar a liberdade da propriedade é que surge a impressão de que liberdade é a possibilidade de não sofrer quaisquer conseqüências indesejadas de suas ações, quando é a possibilidade de não sofrer coerção *pelo governo*. É essa ausência de coerção pelo governo que define a liberdade de expressão, não a ausência de reações negativas por parte de qualquer pessoa. Ou, simplesmente, em minha casa eu digo aquilo que quiser, mas num espaço público estou sujeito à lei do “fale o que quer e ouça o que não quer”.

Dito assim, isso pode parecer óbvio, mas quando olhamos para a lei brasileira e para as demandas de certos grupos vemos diversas complicações. Por exemplo, a lei de “ultraje a culto” é um óbvio limite à liberdade de expressão: fale algo que desagrade a um religioso e o governo irá atrás de você. Sempre me pergunto quando os muçulmanos vão pedir a proibição de obras como *Os Lusíadas* e *A divina comédia*, ou ao menos que aqueles versos mais “inconvenientes” sejam removidos. Afinal, a Federação Israelita já conseguiu proibir alguns livros. Você pode achar que digo isso ironicamente, mas não: por que conceder um privilégio a uma religião ou a um povo? Os praticantes da umbanda também reclamam do tratamento que alguns protestantes lhes dispensam. A parte mais politizada do movimento homossexual quer criminalizar a “homofobia”, o que consiste em colocar o governo atrás de quem disser coisas que desagradem a alguns homossexuais. A própria Bíblia teria de ser proibida, e padres e pastores que repetissem a ancestral admoestação judaico-cristã

contra o homossexualismo iriam para a cadeia.

Curiosamente, é nesse ponto que as alas politizadas se tornam iguais: desejando essa liberdade sem conseqüências indesejadas, uma quer proibir a outra. É absurdo que um religioso exija viver num mundo em que nada contrarie seus princípios – seja a existência de gays ou de pessoas de outra religião. Toda identidade assumida traz consigo o ônus mais ou menos pesado da desaprovação de algum grupo (“fale o que quer...”). Eu, católico, não poderia reclamar se citasse o Papa Bento XVI como referência em uma entrevista de emprego para barman de uma boate gay. Não interessa se a repulsa dos gays pelo Papa é justa, interessa que negar um emprego a alguém que se desaprova não é cercear a liberdade. Mesmo que eu fosse o melhor barman do mundo, isso não estabeleceria o dever de algum estabelecimento de me dar um emprego e nem mesmo de me tolerar em seu ambiente. Se o governo me perseguisse porque meu catolicismo me leva a desaprovar todas as demais religiões e quase todas as opções sexuais menos uma, isso sim seria um cerceamento da liberdade.

Por isso, considerando o universal ensejo de todos processarem todos, e as bases jurídicas cada vez mais sólidas para esse empreendimento maldito, pergunto-me quando ficará óbvio que o custo da liberdade de expressão é infinitamente menor do que o custo de uma suposta liberdade de não ser desaprovado por ninguém.



Pedro Sette Câmara

" Toda identidade assumida traz consigo o ônus mais ou menos pesado da desaprovação de algum grupo."

Orwell tupiniquim

Dezoito de setembro de 2008. Uma data que pode marcar a imprensa brasileira. O governo, neste dia, encaminhou ao Congresso um projeto de lei que cria a possibilidade de punir todo veículo de imprensa ou jornalista que divulgue escutas telefônicas, sejam elas legais ou não. A melhor resposta governamental, até agora, sobre a chuva de gambiarras e do Big Brother telefônico que se move no Brasil, foi colocar os jornais no paredão.

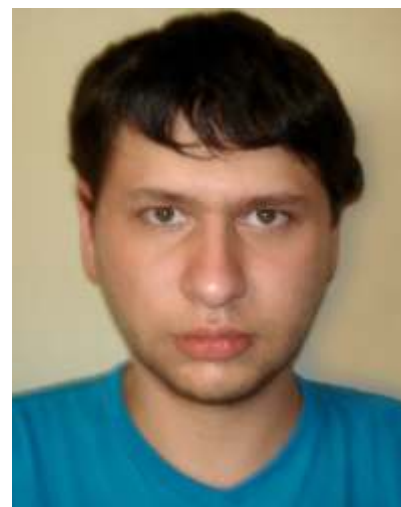
O governo, porém, argumenta que nada muda com a nova proposta. Que apenas aqueles que usarem os vazamentos para calúnia, injúria ou difamação serão punidos. Mas a julgar pelas dezenas de manifestações destemperadas do governo federal em relação à imprensa nos últimos anos, qualquer notinha poderá se enquadrar nos três crimes citados. E não é exagero deduzir isto, quando o maior exagero é exatamente transferir para a imprensa a responsabilidade do festival de escutas realizadas e - nem sempre acidentalmente - vazadas. É uma lógica caduca, onde o crime maior é a divulgação dos grampos e não a facilidade com a qual eles são feitos.

Não se pode negar que a imprensa tem suas responsabilidades, mas é necessário lembrar que existe uma grande diferença entre denunciamento e reportagem investigativa. Muitas manchetes que cooperaram para o entendimento público dos esquemas

derrubados nos últimos anos tiveram motivação pessoal dos veículos de comunicação. Assim como muitas capas que defendiam calorosamente o governo nas últimas crises tinham interesses muito mais singelos do que mostrar um outro lado (quase sempre absurdo) dos fatos. O ponto é que o tiroteio de interesses dos veículos tinha uma consequência feliz: a informação que, mesmo na base do tranco, chegava à população. Punir a imprensa acaba, portanto, prejudicando a grande maioria das pessoas e beneficiando somente o governo e os profissionais da espionagem tupiniquim.

Por mais desinteressante que a política possa parecer, os brasileiros precisam esquecer por uns quinze minutos as novelas e ficar mais atentos em relação ao governo. A frequência com que nossos governantes pensam em criar novas regras para a imprensa não é saudável. Quem ler o interessante "Em Brasília, 19 Horas" de Eugenio Bucci pode constatar a idéia um pouco descabida que alguns homens do governo têm sobre a imprensa (incluindo o jornalismo praticado dentro dos próprios órgãos oficiais). Já temos idéias suficientemente absurdas caminhando por aí, mas a liberdade de expressão, em hipótese alguma, pode ficar em xeque. Caso contrário, nós é que iremos acabar no paredão.

Leandro Ferreira é estudante de jornalismo



Leandro Ferreira

" Não se pode negar que a imprensa tem suas responsabilidades, mas é necessário lembrar que existe uma grande diferença entre denunciamento e reportagem investigativa. "

LIVROS

As lições da crise de 29

“O crédito adicional que o Fed injetou na economia se espalhou para o mercado financeiro - provocando um crescimento especulativo fantástico. Em 1929 os desequilíbrios especulativos tinham-se tornado tão exagerados que a tentativa de enxugar as reservas adicionais precipitou uma aguda retração e a conseqüente desmoralização da confiança dos empresários. Em conseqüência, a economia americana desmoronou.” (Alan Greenspan)

O momento atual, em meio a uma das crises financeiras mais sérias da história, não poderia ser mais adequado para um estudo sobre as origens da Grande Depressão de 1929. Aqueles que esquecem o passado estão condenados a repeti-lo. Entender corretamente o diagnóstico do problema é crucial para evitar sua repetição. Quando falamos da Crise de 29, automaticamente culpamos o livre mercado. As conseqüências de tal conclusão precipitada são extremamente perigosas. As políticas interventoras do Estado passaram a ser vistas como necessidade vital para a economia. Os resultados foram insatisfatórios em todos os lugares. Faz-se crucial, portanto, mostrar que não foi o mercado que falhou em 29, mas sim um governo hiperativo.

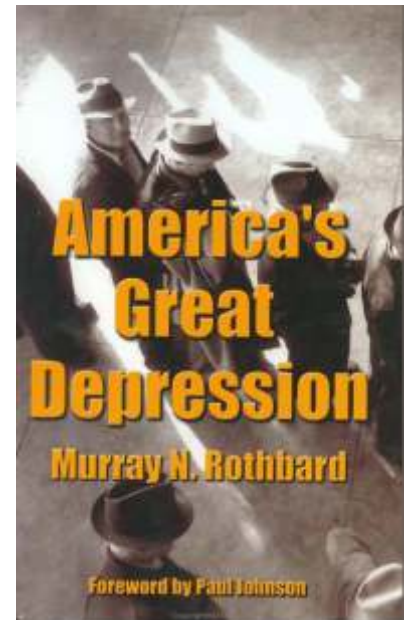
Antes de tudo, um pouco de teoria econômica pode ajudar. A inflação costuma ser causada pelo aumento da oferta de moeda e crédito. Desta forma, fica mais evidente compreender porque uma política expansionista de moeda não consegue apresentar bons resultados no médio prazo, já que o aumento das expectativas inflacionárias levará a um aumento dos juros. Inúmeras evidências empíricas corroboram com isso, principalmente nos mercados emergentes, onde os governos sempre utilizaram políticas expansionistas de moeda para estimular a economia e acabaram com as maiores taxas de juros do mundo.

A inflação não é a única conseqüência indesejável de um aumento de oferta de moeda e crédito por parte do governo. Esta expansão costuma distorcer a estrutura de

investimento e produção, causando excessivo investimento em projetos ruins na indústria de bens de capital. Somente uma recessão pode corrigir este processo, com a liquidação de tais investimentos realizados durante o boom. A existência de um banco central interventor impede esse ajuste natural, alimentando ainda mais novos investimentos indesejáveis, através de uma política monetária frouxa, adiando o problema, mas também ampliando ele.

Para tentar salvar o país dessa recessão desejável para liquidar os excessos, o governo acaba criando novos problemas e potencializando a crise. Quando tenta manter os preços artificialmente altos durante esse processo, apenas faz com que mais estoques sejam criados, evitando o retorno mais rápido à prosperidade. Quando os salários ficam mantidos no processo de deflação, reduz ainda mais as margens das empresas e leva ao aumento do desemprego. Quando aumentam os gastos do governo, conseguem estimular a economia somente por um pequeno espaço de tempo, pois isso apenas reduz a poupança privada necessária para novos investimentos produtivos, retardando bastante a recuperação sustentável. Os governos deveriam compreender que a política mais adequada para adotarem numa fase de recessão é justamente não interferir no processo de ajuste. Claro que isso não acontece na prática, pois cada governo foca apenas no seu curto mandato, e acaba interferindo para se livrar do problema, passando-o adiante. Mas o tempo cobra o preço da irresponsabilidade, e quem paga é o povo.

Com a teoria em mente, vamos aos dados da época, com base no excelente livro **America's Great Depression**, de Murray Rothbard. Durante todo o período do boom, a oferta de moeda aumentou em US\$ 28 bilhões, um incremento de 62% num espaço de oito anos. Isso representa uma média anual de 7,7% de aumento, um grau respeitável de inflação. A reserva de ouro neste mesmo período cresceu apenas 15%. Além disso, o governo reduziu as reservas compulsórias dos bancos comerciais, incentivando uma migração de



depósitos à vista para depósitos a prazo, que estimula o crédito. O Federal Reserve foi o principal responsável pelo aumento das reservas bancárias neste período, precipitando uma aceleração do processo inflacionário.

Outros mecanismos utilizados pelo governo foram o desconto de duplicatas e o open market. O banco central induziu um aumento do crédito através da política de redesconto, que ao invés de ter uma taxa de juros punitiva, estimulava novos empréstimos, por ficar abaixo das taxas de mercado. Objetivando estender crédito para a agricultura, o Fed foi extremamente frouxo em sua política de crédito. Mas como o dinheiro não tem carimbo, esse excesso de liquidez se espalha por todos os setores, principalmente para bens de capital e mercado financeiro. O clima de prosperidade eterna foi agravado pelas declarações de importantes nomes da época, como o próprio presidente Coolidge.

Além do foco doméstico, a situação da Europa contribuiu bastante para que o governo americano adotasse políticas inflacionárias. A Alemanha, um dos principais credores dos Estados Unidos na

época, estava com pouco capital, arruinada pela guerra. Os banqueiros americanos, atraídos pelas enormes comissões de empréstimos a governos estrangeiros, enviaram centenas de agentes para prospectar novos credores. A pressão em cima do governo, tanto desses banqueiros como dos próprios governos europeus, acabaram por estimular ainda mais o crédito abundante e barato, inevitavelmente inflacionário. Alan Greenspan, ex-presidente do Fed, reconhece o desastre que foi “a tentativa do Fed de ajudar a Grã Bretanha, que vinha perdendo reservas de ouro para os Estados Unidos porque o Bank of England recusou-se a permitir que as taxas de juros subissem quando as forças do mercado assim demandavam”.

Em linhas gerais, deve ficar claro que a responsabilidade pelo período inflacionário que antecedeu e causou a Crise de 29 recai sobre o governo, não o livre mercado. O governo dos Estados Unidos plantou as sementes do que foi a Grande Depressão. Infelizmente, a interpretação foi diferente, provavelmente por falta de conhecimento tanto dos fatos como da teoria econômica. O mundo entrou numa nova fase em que a intervenção do governo na economia passou a ser ainda mais desejada. Acreditava-se que se o governo agisse de forma expansionista durante uma recessão, a economia poderia crescer indefinidamente sem grandes sustos. Para um problema criado pelo governo, a solução proposta acabou sendo justamente mais governo.

Os erros do passado devem servir de lições para o presente e futuro. Governo algum em lugar algum do mundo conseguiu alterar as leis econômicas com uma caneta e um papel. Quanto mais o governo tentar artificialmente estimular o crescimento econômico, mais dolorosa será a ressaca inevitável. Ninguém consegue se suspender puxando os próprios suspensórios! Diante da atual turbulência nos mercados financeiros do mundo todo, recomendo fortemente a leitura do livro de Rothbard. Aqueles que se pegam somente ao passado podem perder um olho, mas aqueles que ignoram o passado perdem ambos os olhos.

Rodrigo Constantino é economista e escritor

BRASIL GLOBALIZADO

Fabio Giambiagi e Octavio de Barros

A década de 80 do século XX significou um marco na história da humanidade, em que se criaram novos padrões e paradigmas, de cujos efeitos e reflexos talvez nenhuma sociedade escape, mesmo aquelas que, por razões ideológicas, se opõem deliberadamente à “nova ordem” ou que, por razões culturais, se mantêm “alheias” a ela. O poderoso processo a que se chama de globalização, com todas as práticas econômicas, geopolíticas e culturais que o definem, é mais que uma “experiência”, é uma condição vivida hoje de modo inevitável – e, talvez, irreversível e inexorável – pelas nações e em todos os territórios do mundo. A internacionalização do capital, a abertura e ampliação de mercados, as questões cambiais, o incremento do fluxo monetário e de mercadorias, o avanço tecnológico, especialmente na difusão da rede de informação, a competitividade, o intercâmbio e interdependências das economias nacionais, a formação de corporações transnacionais, de blocos econômicos, os novos hábitos, padrões culturais e de consumo são alguns dos aspectos definidores de uma nova era, de um novo processo histórico diante do qual o Brasil deve se posicionar e no qual deve se inserir. Este é o eixo das questões propostas neste livro, cujos artigos, escritos por profissionais renomados e experientes, procuram contemplar, a partir de sólidos fundamentos teóricos, as várias faces e rumos da inserção do Brasil no cenário mundial.

Os artigos reunidos e organizados por Octavio de Barros e Fabio Giambiagi representam preciosa contribuição para os estudos a respeito do contexto brasileiro atual e de seus horizontes de expectativas. Nos textos, articulam-se indagações prementes quanto às definições de modelos e de tendências que o Brasil deverá assumir, diante das oportunidades geradas no panorama da internacionalização, para garantir seu crescimento, bem como se problematizam as estratégias que deve traçar para resolver seus dilemas, contrastes e ambigüidades histórico-culturais. O conjunto da obra, por sua multiplicidade de vozes e pela qualidade das análises, dos diagnósticos e prognósticos, é um estímulo ao debate e à reflexão séria e autônoma a respeito de um assunto que diz respeito a todos os interessados nos caminhos e no destino do país, tanto no que diz respeito a aspectos macroeconômicos quanto no que se refere à vida e às práticas cotidianas de seus cidadãos. A globalização representa uma excelente oportunidade para as empresas brasileiras demonstrarem sua capacidade de responder a desafios; para nosso povo, significa mais um momento histórico favorável à expressão de sua grande criatividade.



COMO PARTICIPAR

Se você se identifica com o trabalho do Instituto Millenium e quer contribuir para que ele possa continuar, há diversas maneiras de fazê-lo.

- **Conteúdo** - Envie seu artigo para o Instituto Millenium. Ele será encaminhado ao nosso Conselho Editorial para avaliação e possível publicação.

- **Grupo Jovem** - O Millenium tem um grupo voltado para a formação de jovens que realiza constantes atividades (palestras, debates, eventos, jantares e discussões). Entre em contato com o Instituto Millenium pelo telefone (21) 2220.4466 ou pelo e-mail contato@institutomillenium.org para saber como participar. A participação é gratuita.

- **Parcerias** - Se a sua entidade / instituição se identifica com os ideais do Instituto Millenium, entre em contato conosco.

- **Contribuição financeira** - Dispomos de quatro categorias para Associação e três categorias para Patrocínio, além da contribuição para o fundo patrimonial:

Associação:

Associado: R\$ 30,00 por mês

Associado apoiador: R\$ 60,00 por mês

Associado patrocinador: R\$150 por mês

Associado colaborador: R\$ 500,00 ou mais por mês

Patrocínio:

Colaborador Prata

Contribuições semestrais de R\$ 12.000,00

Contribuições mensais de R\$ 2.000,00

Colaborador Ouro:

Contribuições semestrais de R\$ 24.000,00

Contribuições mensais de R\$ 4.000,00

Colaborador Sênior:

Contribuições semestrais de R\$ 60.000,00

Contribuições mensais de R\$ 10.000,00

Fundo Patrimonial:

Contribuições para o nosso fundo patrimonial estarão em aberto, a critério de nossos colaboradores.

O MILLENIUM

Diretor Executivo

Paulo Uebel

Conselho de Governança e de Mantenedores

Eduardo Viola

Gustavo H. B. Franco

Gustavo Marini

Helio Beltrão Filho

João Roberto Marinho

Jorge Gerdau Johannpeter

Luiz Eduardo Vasconcelos

Maristela Mafei

Patrícia Carlos de Andrade
(Presidente)

Paulo Guedes

Pedro Henrique Mariani

Roberto Civita

Sergio Foguel

Washington Olivetto

William Ling

Conselho Fiscal

Augusto Teixeira de Freitas

Odemiro Fonseca

Paulo Areas

Conselho Editorial

Antonio Carlos Pereira

Eurípedes Alcântara

Conselho de Fundadores e de Curadores

Armando Castelar Pinheiro

Carlos Pio

Claudia Costin

Hector Leis

Jorge Maranhão

João Accioly

Maria Jose de Queiroz

Raphael Tosti de Almeida Vieira

Rodrigo Constantino

Membros Colaboradores

Alberto Oliva

Antonio Carlos Salles

Ari Francisco de Araújo Jr.

Claudio Considera

Demetrio Magnoli

Fernando Veloso

Guilherme Fiuza

Gustavo Ioschpe

Jose Andrés Lopes da Costa

Maria Helena Zockun

Mario Cesar Flores

Modesto Carvalhosa

Octavio Amorim Neto

Pedro Bial

Roberto DaMatta

Sergio Coelho

Silvério Zebral

Walter de Mattos Junior

Editora

Cristina Camargo

Gerente de Projetos

Luiz Felipe Costamilan

Gerente Administrativa

Julliane Fuli

Gestor do Fundo Patrimonial

Arminio Fraga

Expediente

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: *Cristina Camargo*FOTOS: *Ari Versiani (páginas 2, 4 e 5)*ANÚNCIO: *Giacometti*TIRAGEM: *1000 exemplares***www.institutomillenium.org**ESTADO DE DIREITO • PROPRIEDADE PRIVADA • LIBERDADES INDIVIDUAIS • RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL •
TRANSPARÊNCIA • EFICIÊNCIA • MERITOCRACIA • DEMOCRACIA REPRESENTATIVA • IGUALDADE PERANTE A LEI*Informativo Instituto Millenium é uma publicação bimestral do Instituto Millenium . Distribuição gratuita.*